



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

INFÂNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA: DESVELANDO O MEDO QUE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL POSSUEM DO APARATO POLICIAL

José Ricardo de Souza Rebouças Bulhões

irsreboucas@yahoo.com.br

João Diogenes Ferreira dos Santos

(UESB)

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa sobre o medo que crianças, oriundas de um bairro periférico da cidade de Vitória da Conquista- Bahia-Brasil, estudantes de uma escola pública, possuem da polícia militar. No Brasil, conforme determina a Constituição Federal de 1988, as forças policiais são responsáveis pela prevenção da vida, pela repressão ao crime e a manutenção da ordem pública. No entanto, alguns estudiosos da violência urbana afirmam que há um descontrole das forças de segurança pública, em que o uso da violência se faz abusiva e o medo se instaura como forma de sociabilidade. As ações virulentas dos policiais, que se manifestam em agressões físicas, psicológicas e, até mesmo, em morte, ocorrem, sobretudo, nos bairros periféricos das cidades brasileiras. Essa violência, como algumas pesquisas apontam, incide na população infanto-juvenil. Deste modo, ao estudar infância e violência policial, buscou-se entender como no universo infantil, o medo da polícia se manifesta. Optou-se em pesquisar crianças, de 04 a 05 anos de idade, moradoras de um bairro periférico, com maior incidência de crime. Para isto, elegeu-se o caminho metodológico do estudo etnográfico, considerado apropriado à interpretação da ação nos contextos infantis. Foram necessárias adaptações na metodologia em razão das peculiaridades dos sujeitos da pesquisa. Desta forma, escolheu-se como técnicas para captação de dados a observação participante, entrevistas não estruturadas com pequenos grupos, além de anotações em diário de campo. Portanto, com base nesta pesquisa, pode-se, de forma preliminar, afirmar que as crianças em tenra idade vivenciam em seu cotidiano a violência policial, em que o medo se constitui como forma de sociabilidade, expressa nas falas e nas brincadeiras infantis.

Palavras-chave: Criança. Medo. Polícia Militar.

No Brasil, as forças policiais são responsáveis pela prevenção e repressão ao crime, além da manutenção da ordem pública, estando tais previsões inseridas no art. 144 da Constituição Federal de 1988¹.

Assim, da força policial é esperada a garantia da segurança pública e a proteção de todo e qualquer cidadão. Ocorre que a sociedade brasileira vive, atualmente, uma relação conflituosa com o aparato policial. A sensação de medo e insegurança se faz presente em todas as camadas sociais.

¹ O art. 144, da Constituição Federal de 1988 diz que, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I- polícia federal; II- polícia rodoviária federal; III- polícia ferroviária federal; IV- polícias civis; V- polícias militares e corpos de bombeiros militares”.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Caberia à polícia, em última instância, o papel de prevenir, coibir e conter as diferentes formas de violência e criminalidade. No entanto, na história brasileira e na prática das organizações policiais, seu papel e a representação social têm sido profundamente contraditórios (BAIERL, 2004). Em vez de manter a ordem pública e reprimir o crime, alguns policiais extrapolam o uso da força, utilizando-a de forma desnecessária, inadequada e abusiva.

Estudiosos do fenômeno da violência urbana afirmam que há um descontrole das instituições policiais, em que o uso da violência se faz excessiva e o medo se instaura como forma de sociabilidade (ESPINHEIRA, 2008).

Segundo Pinheiro (1998, p. 183):

Há no Brasil um formidável descompasso entre o texto constitucional, os princípios das convenções internacionais retificadas pelo Brasil – cito apenas a proibição das prisões arbitrárias, da tortura, das execuções sumárias, que constituem práticas regulares em todo o país – e o funcionamento efetivo das polícias militares e civil nos 26 estados. As polícias, desde 1985, como em toda a história republicana, existem apenas *nominalmente* mas não são instituições eficientes para garantir os direitos democráticos e a segurança [...].

As forças policiais realizam práticas contrárias às normas vigentes no país. Segundo Espinheira (2008) são ações que comprometem seriamente o sistema institucional de Segurança Pública. Essa situação manifesta-se, principalmente, por meio dos seguintes aspectos: abuso de autoridade, despreparo dos policiais para lidar com a população, práticas de torturas, assassinatos, envolvimento de alguns policiais com o crime organizado, entre outros aspectos.

Ainda identificando ações ilegais cometidas pelas polícias, Costa (2004, p.12) assinala sete práticas policiais reconhecidamente violentas: “detenções violentas, mortes sob custódia, abuso da força letal, controle violento das manifestações públicas, operações policiais, intimidação, vingança e tortura”.

Tais ações, presentes no imaginário e cotidiano das pessoas, apresentam raízes históricas. Para Stenberger e Cardoso (2005, p.107), as práticas violentas são provenientes “do ideário de ‘combate ao inimigo’, usado desde os anos 1920 em larga escala nas organizações policiais, posteriormente reforçado durante a ditadura militar (1964-1985), com a doutrina da segurança nacional”. Com a desculpa de combater o Comunismo, as Forças Armadas passaram a exercer o controle do monopólio de repressão político e ideológico no país, reordenando as polícias,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

especialmente a militar, para conter e perseguir internamente os adeptos da nova ordem. De volta ao Estado Democrático, tal doutrina foi “transposta para a luta contra a criminalidade, em que o criminoso é um inimigo que precisa (para ser melhor combatido) ser tratado sem a proteção dos direitos civis e, se possível, ser abatido”.

Silva (2001, p. 69) afirma ser “pouco provável que alguém discorde da afirmação de que a polícia brasileira ainda carregue as marcas da truculência, e que não se livrou totalmente do papel de garantia de uma ordem social historicamente calcada na hierarquia social e na discriminação”.

Assim, as ações virulentas do aparato policial vêm tecendo ao longo do tempo, uma cultura policial marcada por um histórico de violência. A polícia acaba não incorporando a noção de cidadania e o respeito aos direitos dos cidadãos, atuando com excesso em sua ação cotidiana.

Neste sentido, Santos (2001, p. 24) ressalta:

O condicionamento social da violência não nos permite negar que haja uma certa cultura policial da violência, até mesmo porque não é toda a sociedade que alimenta a violência nossa de cada dia. As estatísticas do Banco de dados do MNDH (Movimento Nacional dos Direitos Humanos) demonstram o quanto a polícia tem sido uma das principais instituições reprodutoras de violência no Brasil, especialmente contra negros e pobres.

Muitos dados e análises constataam o descontrole das forças de segurança pública. Em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, Silva e Leite (2007, p. 562), afirmam que:

[...] a polícia também é repetidamente responsabilizada pelos perigos e insegurança que vivenciam em seu cotidiano. Os moradores são muito críticos das freqüentes incursões, acusando os policiais de não cuidarem da proteção dos habitantes e agirem com a mesma falta de respeito dos traficantes.

Embora a violência policial afete toda a sociedade, é nas camadas das classes pobres economicamente que os abusos e os excessos se manifestam com mais frequência. De acordo com Bandeira e Suarez (2001, p. 78), “o uso da violência para a manutenção da ordem pública se configura como uma forma de discriminação de pobres e não brancos”. Salienta Espinheira (2008, p. 48) que:

As desigualdades sociais são institucionalmente reconhecidas. Não há o mesmo tratamento para os diferentes. Uma parcela muito ampla da sociedade é frágil por carências; outra, bem menor, teme pelo que possui. Sem reciprocidade e sem encontro, a própria sociedade se torna objeto do medo e medrosa age





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

irracionalmente sem controlar-se, disseminando o medo como paranóia urbana contemporânea.

Dentro desta linha de pensamento, Espinheira ainda afirma (2008, p. 45):

A violência da atuação das forças de segurança, polícia civil e militar, em ambiente de fragilidade cidadã, é outro fator que coloca a polícia como instituição intimidante, sem a correspondente confiança da população como instância de mediação ou solução de conflitos. As populações dos bairros populares vêem as polícias com apreensão, na mais típica formulação de que é um “mal necessário”, mas uma ameaça sempre que age nas comunidades violentando as pessoas, até mesmo no trato mais casual, em que os insultos e agressões são práticas comuns no trato dos policiais com os moradores.

As pessoas oriundas de bairros populares se tornam, na atuação policial, alvo dos mais variados abusos e rol de ações violentas. As polícias criam um perfil criminoso, levando a crer que pessoas da periferia são potencialmente criminosas. Neste sentido, Pinheiro (1997, p. 49) destaca que “a polícia e outras instituições do sistema de Justiça penal tendem a agir como guardas de fronteira, protegendo dos pobres as elites e exercendo literalmente o papel de cordão sanitário.”

Percebe-se que embora o descontrole da máquina policial perpassasse toda a sociedade brasileira, são nas camadas sociais de baixo poder aquisitivo que este fenômeno se manifesta de forma mais intensa. Espinheira (2008, p. 31) afirma que “nas sociedades urbanas contemporâneas a pobreza é fator contribuinte causal da violência, em que o estado de carência limita, frustra e revolta”, sendo a violência policial um de seus desdobramentos.

Toda esta truculência e práticas violentas efetuadas pela polícia, acaba por disseminar medo² nas camadas sociais mais pobres. Caldeira (2000) afirma que a violência e o medo combinam processo de mudanças, alterando a arquitetura urbana, segregando e discriminando grupos sociais em enclaves fortificados.

² Dias (2011, p. 16) ao abordar a questão do medo presente em nossa sociedade afirma que “o medo social é produto de relações de poder desequilibradas, em qualquer dos campos da ação humana, havendo atores que dele mais beneficiam, e outros que por ele se deixam dominar. E a prevalência desta emoção nas estruturas de relações sociais faz-se pela manutenção de uma ordem, cujos vigilantes procuram assegurar a máxima eficiência da sua atuação, podendo estes revestir as mais diversas expressões, formais e informais, para garantirem a sua eficácia no tecido social. Neste sentido, o medo social emana de diferentes fontes, e não é produto de uma espontaneidade ingênua. Ele resulta de uma intencionalidade, que se pode caracterizar por uma maior ou menor intensidade junto daqueles que constituem o alvo preferido de quem da sua insegurança pode beneficiar. Esta emoção reflete estados de insegurança que radicam naquilo que de mais profundo existe no ser humano, e quem mais dela fizer uso maior possibilidade terá de controlar a ação dos outros”.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

E é na cultura da violência e do medo que as instituições policiais se desenvolvem. De acordo com Santos (2007, p. 128):

[...] as diversas práticas de violência e abuso de poder, reiteradas nas ações dos policiais (civis, militares e federais), parecem inscrever-se como orientação da instituição, uma vez que existem inúmeras denúncias de torturas em delegacias, prisões e penitenciárias. Tais práticas traduzem-se na negação das regras do direito e da legalidade, que deveriam estabelecer os parâmetros das ações policiais. Entretanto, o que prevalece, nesse caso, é a obediência ao mando abusivo do policial, ancorado pelo medo, pela impunidade, pela omissão e a conivência dos governos estadual e federal.

O excesso e ilegalidade na prática policial faz surgir o que estudiosos do tema chamam de medo social. Espinheira (2008), Silva (2001), Bandeira e Suárez (2001), Pinheiro (1998), Alves (1998) e Baierl (2004) afirmam que existe na sociedade brasileira uma cultura do medo. Alicerçado nesse medo social, esta o medo da polícia e a ameaça que ela representa à população de baixa renda. Neste sentido, concluiu Baierl (2008, pag. 145) que o medo da população de baixa renda do aparato policial:

É o medo social instituído como instrumento de subjugar e ameaçar as pessoas, mantendo-as sob domínio e controle social. Trata-se do medo decorrente do poder fardado. É um medo que intimida, subjuga e oprime as pessoas, e relaciona-se com as forma de ameaça constante, baseado em interesses próprios e particulares de policiais, que utilizam o medo e o seu poder de polícia para extorquir ganhos dos criminosos e de moradores de favelas em troca de favores. Já, os moradores de bairros de classe média, demonstram esse medo de forma diferenciada. Trata-se do medo de sofrer agressões da polícia de forma indiscriminada e não ser respeitado em seus direitos de cidadania, ou seja, se envolver em conflitos para os quais não foi convidado. Aqui também a noção de não ser reconhecido em seus direitos, podendo também ser confundido com um marginal ou criminoso. No entanto, não faz parte do cotidiano destes últimos, as ameaças e o terror.

A existência deste medo social, principalmente no que se refere aos moradores das comunidades periféricas ou empobrecidas que convivem com a violência policial, sofre interferências significativas, principalmente na vida dos jovens. Desta maneira, se fez necessária uma pesquisa que analise o medo que crianças oriundas de bairros de baixo poder aquisitivo possuem do aparato policial militar. Mais especificamente, levantou-se o questionamento se, no período denominado de “primeira infância”, se faz presente o medo em relação à polícia militar.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O ambiente escolhido foi um dos espaços de socialização da criança, a escola, inserida em um bairro periférico da cidade de Vitória da Conquista - BA, com alta incidência de crimes. Nesta comunidade, selecionou-se 40 crianças de uma creche local, com idades entre 04 e 05 anos.

O caminho metodológico traçado foi o de um estudo de caso etnográfico, considerado apropriado à interpretação da ação nos contextos infantis. Esse tipo de investigação tem, para Sarmiento (2005, p. 152), “uma perspectiva interpretativa e crítica e que se centra nos fenômenos simbólicos e culturais das dinâmicas de ação no contexto organizacional das crianças”. Foram necessárias adaptações na metodologia em razão das peculiaridades dos sujeitos da pesquisa. Desta forma, escolheu-se como técnicas para captação de dados a observação participante, entrevistas não estruturadas com pequenos grupos, além de anotações em diário de campo.

O local escolhido para a pesquisa localiza-se na periferia da cidade de Vitória da Conquista - BA, marcado pela presença constante da polícia, devido ao combate do tráfico de drogas, atividade marcante do bairro.

As crianças, na faixa etária de 04 e 05 anos de idade, trazem características importantes, sendo necessário destacar algumas destas especificidades para a compreensão posterior de todo o processo de descobertas na análise da pesquisa realizada.

O processo de desenvolvimento dessa etapa da infância é dirigido e interferido por diversas variáveis, entre elas o nível socioeconômico, educacional e fatores externos à própria criança ou à dinâmica da família. Dessa maneira, esses encadeamentos e influências biológicas e sociais ocorrem a todo o momento, dando condições para o aparecimento de determinados comportamentos e impondo exigências ou limitações para a manifestação destes comportamentos (SOUZA e MARTINS, 2005).

A criança mergulha no mundo da percepção, da comunicação, da forma, da abstração, da inteligência, do pensamento, por meio do processo lúdico. Seu desenvolvimento mental e intelectual se expressa principalmente por meio da linguagem verbal e, nos seus primeiros anos, apresenta uma linguagem que diz respeito a ela e a seus interesses. Isto revela a importância da comunicação direta com a criança na análise dos seus medos.

Na fase da pré-escolar os medos são manifestados também no comportamento da criança em situações de interação no lar, na escola, no local de brincadeiras, etc. A imaginação, a palavra,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

o desenho são instrumentos que a criança tem para se relacionar com o mundo físico e social, permitindo que ela use suas experiências para explicar e reproduzir a sua vivência. A fala, principalmente, expressa a capacidade que a criança, nesta faixa etária, está adquirindo de exprimir e representar seus pensamentos. Esses instrumentos compõem o seu desenvolvimento intelectual, moral e social.

A Conquista da linguagem expressa o pensamento da criança. Ela promove mudanças principalmente no modo de se relacionar com o seu meio e possibilita novas formas de comunicação com os indivíduos e organiza seu modo de agir e pensar.

Nessa fase peculiar, vê-se a criança tentando descobrir o sentido do mundo, lidando com objetos e pessoas. Ela vai construir estruturas mentais e adquirir modos de funcionamento em função desta tentativa incessante de entender o mundo ao seu redor, compreender o que acontece e sistematizar suas idéias. Assim, no período de desenvolvimento em que se encontram as crianças da primeira infância, com suas influências e variáveis, é que foi realizada a presente pesquisa.

Ao observar as crianças do bairro pesquisado, foi perceptível a tranquila circulação das mesmas pelas ruas, sozinhas ou acompanhadas, brincando ou simplesmente caminhando, convivendo diretamente com os acontecimentos ocorridos na comunidade, desde a entrada de uma ambulância até a presença de um policial.

A inserção do pesquisador neste universo acontece de forma gradual, inicialmente com permanência de aproximadamente uma hora de duração na creche-escola escolhida. Posteriormente este tempo foi aumentado até perfazer um período completo de atividades de um dia. Com isso, gradualmente, a presença do pesquisador foi se tornando comum, diminuindo a influência no comportamento rotineiro das crianças.

Inicialmente, a ideia era observar as crianças em seu cotidiano educacional. No decorrer da pesquisa essa observação tornou-se participativa, ou seja, mais próxima das crianças (sentada junto às mesinhas, no chão, no parquinho, na cantina, etc.) nas atividades do cotidiano educacional.

As observações gerais, de modo inicial, mostraram os afetos e sentimentos, marcantes em tão pouca idade. As crianças não medem palavras nem atitudes ao brincar, conversar, participar





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de rodas de conversa em aula. O comportamento social da criança em idade pré-escolar, gira ao redor das brincadeiras (STORE e CHURCH, 1979, p.178).

Neste contexto é importante frisar que a fase do desenvolvimento, geralmente chamada idade pré escolar, é caracterizada por Piaget (1999) como período pré operacional. Durante essa importante etapa, as chamadas funções simbólicas tornam-se claramente manifestas.

Piaget (1999) afirma que durante o período sensoriomotor as crianças são capazes de utilizar signos e sinais do mundo externo para reconhecer objetos e antecipar eventos, mas durante o período pré-operacional, desenvolvem a capacidade de criar símbolos e utilizá-los nas atividades do dia-a-dia. Presume-se que as crianças são ajudadas no uso dos símbolos por sua crescente capacidade de se comunicar por meio da linguagem. Considera-se que a evidência primária do início desse período reside na ocorrência de sonhos, pesadelos e nas observações de atividades lúdicas simbólicas (LIPSITT e REESE, 1979).

Toda situação imaginária, que a criança cria, contém regras de comportamento, condizentes com aquilo que está sendo representado. Ao criar, ela utiliza vários símbolos para representar sua realidade. Isso pode ser verificado numa situação de brincadeira com alguns alunos de 05 anos de idade. Uma criança, do sexo feminino, simulava uma abordagem policial, fazendo o papel da polícia e colocava os colegas todos contra a parede. Ao mesmo tempo, ela chutava esses colegas e batia na cabeça, gritando “Cala a boca!”. Nesta fase, há uma fusão muito íntima entre o significado daquela realidade e o que é visto pela criança.

As crianças se esforçam para desempenhar com fidelidade aquilo que observam, ou seja, como afirma Vygostky (1984, p. 117) “na brincadeira, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário: na brincadeira é como se ela fosse maior do que é na realidade”.

Outro aspecto importante é a função do brinquedo. Segundo Souza e Martins (2005, p. 181):

O brinquedo é a essência da infância; é o veículo do crescimento; é o meio extremamente natural que possibilita à criança explorar seu mundo, tanto quanto o do adulto, possibilitando descobrir-se e entender-se, conhecer os seus sentimentos, as suas idéias e a sua forma de reagir.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Por meio dele, a criança projeta-se nas atividades dos adultos, procurando ser coerente com os papéis assumidos. As crianças do grupo analisado fazem uso de alguns brinquedos: o velocípede é guiado, como se fosse um carro de polícia correndo atrás dos colegas e, ao pedalar, a criança reproduz o som da sirene, os secadores de brinquedo, a folha, o giz, o lápis viram armas para simular combate entre polícia e “ladrão”, e os carrinhos de brinquedo que também simulam dirigidos por polícia. Elas criam uma situação ilusória e imaginária como forma de satisfazer seus desejos não realizáveis, por isso, o brinquedo se caracteriza como útil e real para que ela realize a ação do mundo dos adultos, dentro de sua realidade.

Nesse ambiente lúdico do faz- de- conta, a criança experimenta diferentes papéis e funções sociais, a partir da observação do mundo dos adultos. Nesse cenário a vontade de reproduzir tais papéis está claramente presente no ato de brincar e no brinquedo propriamente. Nessa reprodução, a ação revela desejos, temores, entre outras situações. A criança mostra sua capacidade de “resolver” e de receber ajuda a problemas de sua vida privada. Tais atos mostram seus desejos e sentimentos de indignação e também de medo, querendo muitas vezes ocupar o lugar da polícia, reproduzindo o medo que os demais colegas devam ter, e, ao mesmo tempo, respeitá-la e obedecê-la.

Saindo do contexto de brinquedos e brincadeiras de pátio da escola, e partindo para a sala de aula, as falas das crianças vêm carregadas também de sentimentos e demonstram capacidade de recontar a realidade. Nesta fase pré-escolar, a fala passa a ocupar um lugar privilegiado como instrumento de comunicação. Elas participam de diálogos, fazem perguntas e respondem.

Nas rodas de conversas, método utilizado na escola para contar histórias, a atenção da criança fica totalmente voltada para a professora, pois esta utiliza diversos mecanismos para trazer emoção a história, ao mesmo tempo, as crianças fazem diversas interferências, tornando-se participantes das narrativas.

As intervenções expressam a capacidade que a criança tem e a necessidade de exprimir e representar os seus pensamentos. Na observação na sala de aula, analisou-se alguns relatos em relação à questão policial. Criança A afirmou que “eu quero ser policia para me defender das coisas”, já a criança B expressou que: “Não gosto *das policia*”, o meu pai foi morto por eles”, e a criança C contou: “Minha mãe está na roça porque esta fugindo da policia”. E por último a criança





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

D lembrou que “Fui comprar um real de pão e me escondi atrás do carro quando vi a policia”, é que Gabriel foi morto pela policia porque vendia droga”.³

Estas falas nos levam a refletir sobre o medo que essas crianças possuem. Com base nessas narrativas, pode-se inferir que o desejo de se tornar policial, traduz o medo e a insegurança, como se ser policial pudesse lhe dar proteção. Por outro lado, ao saber que o pai e o primo foram mortos, ou que a mãe fugiu, esse menino e essa menina expressam o medo da policia, tais sujeitos fizeram sumir da sua convivência os entes familiares, por meio de práticas truculentas e publicamente.

No mais, as crianças contam, à sua maneira, tentando compreender e explicar o mundo físico e social que as cercam, os fatos comuns a sua realidade, como tiroteios, assassinatos e trafico de drogas. Todas essas expressões são produtos de uma perspectiva particular e de um modo próprio de seu pensamento.

Assim como a imaginação e a palavra, o desenho é outro instrumento que a criança tem para se relacionar com o mundo físico e social. Ele permite que ela use sua experiência passada para lidar com o presente e explicar o que observa (Souza e Martins, 2005, pag. 206). A partir de uma atividade proposta, o desenho, observa-se que as crianças já conseguem representar em suas próprias figuras os seus pensamentos.

Solicitadas a desenharem, as crianças de 04 anos, o que queriam ser quando crescer, todos os meninos desenharam, à sua maneira, a representação policial em suas folhas. No grupo de 05 anos, a proposta do desenho foi a partir de uma história contada pela professora “O ratinho e o leão”. Notou-se que as crianças em sua maioria, transferiram a figura do caçador ao policial. Nos desenhos das crianças, também puderam ser vistas as figuras de armas, embora não seja de forma linear, em um conjunto paisagem, personagem e ações, mas contextualizado na mesma folha.

Essas representações em desenho podem demonstrar e reforçar a influência que a policia tem nas vidas das crianças pesquisadas. Desta forma, todos os instrumentos, utilizados pelas crianças (brincadeiras, brinquedos, falas e desenhos), expressam sua vivência dentro da realidade do bairro.

³ Para efeito de segurança, as crianças, o bairro, e nem a escola serão identificados, utilizaremos letras para especifica as falas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

As circunstâncias do meio em que a criança vive, somadas às condições de sua realidade, apresentam insegurança e medo em relação ao aparato policial. Sejam nas expressões que rechaçam a polícia, nas imitações e reproduções do papel policial, ou até mesmo nas falas que querem ser policiais, o temor em relação à força policial parece ser unanimidade entre as crianças pesquisadas.

A criança do bairro pesquisado, em seu cotidiano, percebe o policial, como um sujeito superior, em que matar bater e gritar são sinais de autoridade e poder. Isto traz a tona, ao mesmo tempo, respeito e medo. No espaço escolar é o local onde ela pode demonstrar seus temores, ocultando e disfarçando o medo que sente. Jersild (1977, p. 281) “salienta que quando procuramos compreender o medo de uma criança, devemos reconhecer que, em geral, há mais aspectos do que aqueles que vêm à superfície.” Pode existir tanto um conteúdo manifesto como um conteúdo oculto.

Lipsitt e Reese (1979, p. 97) salientam que “o medo é provocado por situações aversivas ou, como um resultado da aprendizagem, por condições associadas a situações aversivas”. Neste contexto, o ambiente físico e social coloca continuamente a criança diante de situações que rompem o estado de equilíbrio e induzem a busca de comportamentos mais adaptativos. Assim, a criança ao contar que em determinada situação, ao ver a presença policial se escondeu atrás de um carro, demonstra comportamento que podem revelar o medo.

Neste sentido, Jersild (1977, p. 279) ressalta que:

O processo pelo qual o medo é adquirido pode envolver passos indiretos ou intermediários. Por exemplo, uma criança que fora atropelada por um automóvel, embora não ficasse gravemente ferida, estava ainda bastante transtornada ao ir para a cama, e por isso teve um pesadelo. A partir de então, sentia medo de ir para o seu quarto, quando estava escuro. Por intermédio do sonho, o acidente e seus efeitos emocionais tinham sido, por assim dizer, colocados no ambiente da escuridão. Assim, desde que uma criança tenha sido amedrontada, pode o seu temor “propagar-se” para muitas outras situações. O elemento essencial, quando se verifica tal “propagação”, é o fato de alguma coisa tê-la deixado num estado de apreensão ou medo. Não é o processo condicionador, em si mesmo, que cria um novo medo; fornece, porém, um objeto ou circunstância com o qual o medo passa a ser associado.

A associação ao medo e a apreensão com a força policial, esta presente, inclusive, na escolha das brincadeiras, pois em determinada situação a criança pedalando um velotrol e





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

simulando uma sirene de um carro de polícia, faz com que toda a turma saia correndo dela. O que num primeiro momento pode parecer uma simples ação lúdica, é um ato de imitação e de reação que o medo traz em uma situação real vivida.

As manifestações do medo podem assumir inúmeras formas e ocorre sobre incontáveis disfarces, variando de uma evidente manifestação até uma revelação de completa confiança. Isto pode ser observado pelo fato dos brinquedos serem manuseados como se fossem armas ou nos desenhos representando policiais. Em ambos a polícia é visualizada com instrumento de poder, e o uso da arma vinculada a sua imagem remetem a idéia de violência, capaz de gerar ameaça e medo.

Neste contexto, os acontecimentos tornam-se estímulos sociais, em que a criança aprende a se comportar e a temer a figura policial, devido a comportamentos, atitudes e conhecimentos que ela adquire através do contato humano e contínuo. Pode-se dizer que os temores são influenciados também pela aprendizagem. Em virtude da penosa experiência, ou de ter sido assustada ou dominada, pode a criança “aprender” a temer algo que antes não a incomodava. Jersild (1977, p. 279) assevera que essa aprendizagem pode ser bastante direta, específica e restrita:

[...] uma criança é derrubada pelo cão e passa mais tarde a temer aquele cão. Ademais, os efeitos podem ser mais gerais: a criança pode temer não apenas o cão que a derrubou, mas todos os cães, podendo, talvez, colocar-se em posição defensiva, como nunca fizera antes, sempre que veja qualquer animal de quatro patas. De igual forma, pode não apenas amedrontar-se ao ver o cachorro, mas pode também ficar apreensiva ao passar pelo quintal onde sabe que existe um cão, embora não veja algum.

Com base na pesquisa, pode-se concluir que no ambiente escolar, na educação infantil, em que a criança constrói sua aprendizagem, e expressa sua realidade, por meio do lúdico, do comportamento, das brincadeiras e dos brinquedos, as crianças moradoras do bairro periférico pesquisado, vivenciam, em seus cotidianos, as ações policiais, traduzidas em práticas violentas. Essa vivência configura no universo infantil insegurança e medo. Aspectos contrários ao momento vital da infância, em que o lúdico e a criatividade se fazem presentes.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Referências

ALVES, Alaôr Caffé. A violência oculta na violência visível: A erosão da lei numa ordem injusta. IN: PINHEIRO, Paulo Sérgio e outros (org.). *São Paulo sem medo – um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

BAIERL, Luzia Fátima. *Personagens dos medos: decifrando os protagonistas e os coadjuvantes*. IN: BAIERL, Luzia Fátima (org.). *Medos Sociais – Da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez, 2004.

BAIERL, Luzia Fátima. *Medo Social: dilemas cotidianos*. São Paulo: ponto-e-vírgula, 2008.

BANDEIRA, Lourdes e SUAREZ. Mireya. *Ordem pública, discriminação e Repressão*. In: Violência policial: Tolerância zero?. Goiânia: UFG, 2001.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

COSTA, Naldson Ramos. *Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso*. São Paulo: Perspectiva. V.18, n.3, jan/março de 2004. Disponível em< <http://www.scielo.br/scielo.php?Ing=en>.

ESPINHEIRA, Gey. *Sociedade do Medo*. Salvador: EDUFBA, 2008.

JERSILD, Arthur T. *Psicologia da criança*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

LIPSITT, Lewis P., e REESE, Hayne W. *Psicologia do desenvolvimento da criança*. Rio de Janeiro: Interamericana Ltda, 1979.

PIAGET, Jean. *A psicologia da Criança*. 16ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sergio. *Violência, crime e sistemas policiais em países de nova democracia*. In: Tempo Social. V. 9, n. 1. São Paulo: EDUSP, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Polícia e consolidação democrática: o caso brasileiro*. IN: PINHEIRO, Paulo Sérgio e outros (org.). *São Paulo sem medo – um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. *As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas – SP, 2007, ISSN: 1676-2584.

SANTOS, Sales Augusto dos. *O direito à vida*. In: Violência policial: tolerância zero?. Goiânia: UFG, 2001.

SILVA, Jorge da. *Violência policial e ideologia dos algozes-vítima*. In: Violência policial: tolerância zero?. Goiânia: UFG, 2001.

SILVA, Luiz Antonio Machado da, e LEITE, Márcia Pereira. *VIOLÊNCIA, CRIME E POLÍCIA: o que os favelados dizem quando falam desses temas?*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/04.pdf>, 2007.

SOUZA, Marcia Helena de, e MARTINS, Maria Aurora Mendes. *Psicologia do desenvolvimento*. Curitiba: IESDE, 2005.

STEINBERGER, Marília; CARDOSO, Ana Izabel. A geopolítica da violência urbana e o papel do Estado. Em: PAVIANI, A.; FERREIRA, I.C.B.; BARRETO, F. F. P. B. *Brasília: dimensões da violência urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

STONE, L. Joseph, e CHURCH, Joseph. *Infância e adolescência*. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins fontes, 1984.

